

Ata da 65ª Reunião Ordinária do CBH-PARDO

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às nove horas e quinze minutos no Auditório do DAEE de Ribeirão Preto-SP, presentes os membros conforme registrada em folha de presença, observado quórum e a representação de cada segmento, quais sejam: Estado, Município e Sociedade Civil, deu-se início a Sexagésima Quinta Reunião Ordinária do CBH-PARDO. Formou-se a mesa a diretoria, somada a presença da representante do Ministério Público. O secretário deu início à reunião passando ao presidente para as saudações e considerações iniciais. Destacou e agradeceu a presença do prefeito de Divinolândia. Seguiram-se as saudações dos demais participantes da mesa. O secretário registrou a presença do representante do Deputado Welson Gasparini e do prefeito de Cajuru. Iniciando a pauta com a apresentação da Ata da 64ª Reunião Ordinária, perguntou se havia sugestão de alteração, uma vez que dispensou a leitura por já ter sido anteriormente encaminhada aos membros. Não havendo manifestação, o presidente submeteu à votação e foi aprovada. Seguindo a pauta com os informes da Secretaria, foram assim relatados: 12 de junho p.p. reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos informando sobre a aprovação do Projeto de Lei 315; 20 de junho: 14ª Reunião Ordinária do CBH Grande em Poços de Caldas; 21 de junho: Reunião para escolha de membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; 11 de julho, teremos o Fórum Nacional de Comitês e prévia para o ENCOB que será no período de 20 a 24 de agosto, em Florianópolis onde o Secretário Executivo apresentará, na mesa de discussão, a experiência do CBH Pardo nas áreas de restrição de poços em Ribeirão Preto. Continuando os informes noticiou que foram protocolados 26 projetos esse ano, distribuídos nos PDCs conforme o Plano de Bacia. Falou sobre a diminuição dos recursos da compensação financeira pelo Estado, decorrentes da PL 315. Nos informes das Câmaras Técnicas, a secretária da CTAEA indagou sobre o possível retorno do documento apresentado por ela na última reunião, ao que o secretário respondeu que tal documento tinha sido direcionado ao CRHi e que até aquela data não tínhamos resposta. Ainda a secretária, propôs à Coordenação das Câmaras que se fizesse uma reunião para estabelecer algumas regras e até mesmo um calendário para as análises dos projetos protocolados, tendo em vista a dificuldade de presença enfrentada pelos técnicos do grupo de trabalho. O secretário comentou sobre os prazos curtos por conta das antecipações exigidas pela Coordenadoria. O presidente, pelo lado das prefeituras, também comentou a análise minuciosa que os processos requerem. Com a palavra o representante da Cetesb, agradeceu os trabalhos das Câmaras destacando a necessidade de participação maior nesse período. Anotou a proposta da secretária da CTAEA para encaminhamento ao coordenador. O secretário então, seguindo a pauta, passou a palavra para a vice presidente que coordenou a apresentação do lançamento da Campanha “Meu Ambiente”, de iniciativa do Ministério Público. A promotora lembrou da Audiência Pública feita pelo GAEMA em nossa região em 2016, que resultou em dois temas ora sugeridos: saneamento e educação ambiental. A campanha foi concretizada pelos órgãos ambientais, a promotoria e outros parceiros na educação. O professor do Centro Universitário Moura Lacerda, responsável por aquela campanha, apresentou sucintamente o trabalho coletivo e o compromisso com os temas abordados. Refeita a mesa diretora, o secretário deu sequência à reunião com as deliberações. Leu a ementa da Deliberação 250/18 e informou sobre as alterações para aprovação: mudança da nomenclatura de “demanda induzida” para: “solicitação de interesse do Comitê” e porcentagem de 10 para 20% para flexibilizar o custo dos dois projetos. Colocada em discussão e votação, foi aprovada. Por sugestão do secretário, as deliberações foram apresentadas na sequência para que em seguida fossem votadas. A Deliberação 251/18, para aprovação do Relatório de Situação foi apresentada pelo coordenador do Grupo de Trabalho que sintetizou o relatório e o projetou para que todos acompanhassem. Do mesmo modo o diretor de Recursos Hídricos do DAEE apresentou a deliberação sobre

os critérios de autorização para perfuração de poços em Ribeirão Preto. Essa deliberação foi ajustada em atendimento aos questionamentos feitos pela Câmara Técnica de Saneamento do CRH sobre estágios do monitoramento do rebaixamento do Aquífero Guarani os quais foram respondidos conforme os estudos de medidas de restrição. Foi esclarecido que a divisão com relação à Zona 3, área de expansão urbana, segue a legislação vigente de ocupação do solo, da Prefeitura. Por final aguarda-se que a Deliberação seja referendada na próxima reunião do CRH. Na sequência, a Deliberação 353/18 que trata de demanda da Penitenciária Feminina foi também apresentada pelo diretor. Projetou a deliberação e explicou sobre os problemas de diminuição de vazão num poço já outorgado, localizado na Zona 1 (de maior restrição). O assunto foi submetido oficialmente ao Comitê como uma demanda de aprofundamento, de caráter excepcional, já que o DAERP se manifestou negativamente ao atendimento pela rede pública. Para finalizar as apresentações, o secretário convidou o responsável pela Cobrança que demonstraria o Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança para 2018 projetando o quadro e, para acompanhamento de todos, passou a explicar sobre como os valores foram calculados e distribuídos. Detalhou todos os percentuais de aplicação, inclusive os custos operacionais conforme tabela oferecida pela CRHi, que integra (como anexo) a Deliberação 354/18. Terminada a explicação, foi novamente composta a mesa, dessa vez sem a presença do presidente que se ausentou, assumindo suas funções a vice presidente. O secretário, então, se reportou a cada uma das deliberações, e, na ordem em que apresentadas, foram sendo aprovadas. Registrou-se a sugestão da secretária da Câmara Técnica de Educação Ambiental na questão do poço da penitenciária no sentido de que os prédios públicos fossem orientados a construir uma maneira de captar e reservar água de chuva como alternativa para essas ocasiões. O secretário explicou que poderíamos registrar a sugestão para a discussão de ser inserida uma “recomendação”, em uma próxima, e provável, nova deliberação. Com mais algumas considerações sobre os valores previstos na Cobrança, a reunião foi encaminhada ao encerramento com agradecimentos, saudações e agendamento de uma reunião extraordinária para 17 de agosto com a pauta da deliberação sobre os investimentos para 2018. A presidente deu por encerrada a 65ª Reunião Ordinária do CBH Pardo, cuja Ata foi por mim lavrada, Carlos Eduardo N. Alencastre. Ribeirão Preto, 29 de junho de 2018.